

**REVISTA  
INTERNACIONAL  
DE  
LÍNGUA  
PORTUGUESA**

Associação das Universidades de Língua Portuguesa

Dezembro 1994

**12**

# A Variação do Português Falado em Moçambique: A Escola como Factor de Cristalização

João Gomes da Silva\*



## 1. Introdução

**N**um artigo anterior publicado há cerca de três anos nesta revista (1), havíamos tecido algumas considerações sobre o português falado em Moçambique, mais concretamente na cidade de Maputo. De entre as razões desta escolha, destaca-se o facto de em Maputo, como em muitos outros casos de países em vias de desenvolvimento, existir uma grande concentração de pessoas oriundas de vários pontos do país, donde se pode facilmente depreender que no quotidiano a língua de intercomunicação é frequentemente o português.

Para além disso, Maputo, a capital, é o local onde o bilinguismo é praticamente a regra geral e onde também as variáveis «classe social», «grau de escolarização» e «estatuto socioeconómico e profissional» são mais facilmente observadas, o que não acontece no caso das zonas rurais.

Sendo o português utilizado por falantes cuja língua materna é uma língua Bantu (2), e dada a ausência de contacto

com a norma do português europeu (3), começam a aparecer uma série de erros e desvios que, parece-nos, pela sua frequência e regularidade começam a constituir assim o embrião de uma futura norma do português de Moçambique, ou para sermos mais exactos, de Maputo.

Para além do simples fenómeno de interferência no português é nossa convicção que existem factores sociolinguísticos que contribuem e, nalguns casos até, determinam a «fossilização» dessa variante. São esses factores principalmente: a) a classe social, b) a escola, c) os órgãos de informação e d) a nova geração urbana.

Para além disso, é nossa opinião que outras informações mais amplas nos poderiam dar informações sobre, por exemplo a estratificação da variante em função de parâmetros mais precisos, como é o caso da variação contextual e cultural. Estamos também cientes que um trabalho futuro

(1) RILP, n.º 5/6, Dezembro de 1991.

(2) Na zona sul do país (Maputo) o grupo predominante é o Tsonga.

(3) Norma oficial em Moçambique.

\* Univ. Eduardo Mondlane.

rigoroso se deveria fundamentar na observação da utilização oral da língua, sobretudo porque nos parece ser muito mais abrangente, dado a elevada taxa de analfabetismo no país.

Neste artigo é nosso objectivo divulgar parte dos resultados de uma investigação feita no nosso trabalho de tese de mestrado<sup>(1)</sup> sobre um destes factores de fixação da variante, neste caso a escola.

## 2. Natureza do trabalho

As três grandes hipóteses de partida que orientaram esta investigação foram:

a) De entre os múltiplos desvios observados no português de Maputo, alguns são produzidos de maneira regular, frequente e massiva, constituindo deste modo as características de uma variante em embrião do português de Maputo;

b) De entre os vários factores sociolinguísticos que intervêm na «cristalização» do desvio, a escola parece ser um dos factores determinantes na consolidação do mesmo, verificando-se isso na prática correctiva dos professores de português. A tolerância destes em relação ao desvio varia segundo o grau de interiorização da Norma Explícita.

Estas hipóteses surgem numa primeira fase como resultado de vários anos de trabalho directa ou indirectamente relacionado com o ensino da língua portuguesa em Moçambique. A partir destas hipóteses de investigação levámos a cabo o estudo que a seguir se descreve, com vista à verificação ou, eventualmente, alteração das mesmas.

## 3. Natureza do «corpus»

O nosso «corpus» foi constituído por um grupo de trabalhos de estudantes do nível

secundário na disciplina de Português e corrigidos pelos respectivos professores, sem que estes soubessem do facto. Para tal foi feito um contacto directo com os próprios estudantes a fim de estes nos cederem tudo o que tivessem da disciplina de Português corrigido pelos seus professores.

É evidente que não se trata de uma tarefa fácil recolher trabalhos sem levantar suspeitas ao professor e por isso o conjunto do nosso «corpus» poderá aparecer à primeira vista como sendo pouco homogéneo e diversificado. Nalguns casos trata-se de redacções «clássicas», trabalho muito frequente sobretudo nas primeiras classes do ensino secundário em Moçambique. Noutros casos, porém, trata-se de compreensão dirigida a partir de um texto dado, onde os estudantes dispunham de uma única linha em branco para responder. Nas classes mais avançadas, encontrámos também comentários a partir de um texto (produção linguística mais abundante). As classes escolares foram em número de seis: a quarta, a quinta, a nona, a décima e a décima primeira classes do ensino secundário.

Foi nosso objectivo inicial e tendo em conta a natureza sociolinguística do trabalho, fazer uma selecção em termos de estatuto socioeconómico dos diferentes estabelecimentos de ensino. No entanto, dado o facto de não nos encontrarmos na altura no local da investigação e de dependermos da colaboração de colegas nossos nem sempre disponíveis, tal selecção não foi possível.

Mesmo assim, apesar da heterogeneidade do conjunto dos trabalhos recolhidos, existem pontos comuns que nos interessam fundamentalmente na interpretação dos resultados: trata-se de trabalhos em língua portuguesa, no contexto da aula de português e corrigidos por professores de português.

(1) *Variation linguistique et norme: étude des pratiques correctives des professeurs de portugais de Maputo (Mozambique)*, Tese de Mestrado em Ciências da Linguagem, Université Stendhal — Grenoble III (França).

QUADRO 1  
COMPOSIÇÃO QUANTITATIVA DO CORPUS

PROFESSOR	CLASSE	Nº DE TRABALHOS
A	4	13
B	5	2
C	6	14
D	9	3
E	9	4
F	9	4
G	10	3
H	10	3
I	10	4
J	11	1
TOTAIS 10	6	51

A partir desse «corpus» fizemos um levantamento dos desvios produzidos pelos alunos, sem ter em conta a reacção dos professores em relação aos mesmos. Não foram tidos em conta erros que consideramos como fenómenos individuais, ou outros que escapassem à investigação sugeridas pelas hipótese colocadas inicialmente (erros de ortografia, pontuação, etc. que nalguns casos podem até ser interpretados como normais no processo de ensino/aprendizagem). Retivemos assim, só aquilo que constituíam desvios que acreditamos serem o embrião de uma futura variante mais ou menos estável da capital.

É certo que o número total de trabalhos não é muito elevado. Por isso mesmo que pretendemos insistir que os resultados devem ser considerados não como factos absolutos, mas como uma *tendência* no português falado em Moçambique.

#### 4. A norma implícita <sup>(1)</sup> de Maputo

É um facto bastante aceite na pequena comunidade de linguistas de Moçambique que no português falado no país existem vários desvios (ou erros, tudo depende da perspectiva em que se posiciona o investigador) em relação ao português europeu que constitui a norma oficial. A nossa convicção é que não se trata realmente de erros, tais como os produzidos em situações «clássicas» de aprendizagem de uma língua segunda e que são gradualmente corrigidos pelo indivíduo e substituídos por padrões da língua-alvo.

O português falado em Maputo é o resultado de vários factores decorrentes de uma situação de contacto de línguas (tais como o bilinguismo quase generalizado na capital) que provocam fenómenos de alternância de código (*code switching*) de interferência, de

(<sup>1</sup>) Por *norma implícita* queremos dizer aquilo que os falantes na sua prática quotidiana produzem, sendo este conceito oposto ao de *norma explícita* que se refere à forma adoptada oficialmente pelas instâncias governamentais. Estes dois conceitos foram extraídos de ALÉONG (83).

«calque» de estruturas da língua 1 sobre a língua 2. Isto faz com que o português se distancie cada vez mais do português peninsular, sobretudo depois da Independência Nacional quando se alargaram os contactos inter-regionais, se lançaram as grandes campanhas de alfabetização, tendo conseqüentemente aumentado o número de indivíduos falantes do português no país. Para além disso, importa ter em consideração que a possibilidade de acesso à escola provocou um grande *boom* escolar.

O que nos parece particularmente importante é o facto de que, a partir do momento em que o número e o tipo de desvios se tornam comuns a um grande número de indivíduos, começam a constituir o embrião da futura variante.

É assim que, partindo da nossa experiência, estabelecemos uma lista empírica dos desvios que nos parecem aparecer de maneira mais corrente, pelo menos na cidade de Maputo. Infelizmente, dada a limitação de espaço de um artigo desta natureza, não nos é possível apresentar essa lista de uma forma detalhada. Limitamo-nos assim a apresentar a natureza desses desvios com apenas um exemplo que, esperamos seja elucidativo. Inicialmente esta lista comportava trinta desvios. Todavia, nem todos foram verificados na análise do nosso «corpus». Os que se seguem são portanto os que efectivamente foram encontrados nos trabalhos dos alunos já referidos.

- 1 — Neutralização da oposição da vogal /a/ aberta — fechada  
(ex.: fechámos/fechamos — não se realiza a distinção presente passado, através da oposição «a» aberto/fechado);
- 2 — Construção passiva segundo a estrutura das línguas bantu  
(ex.: «Eu fui dado uma camisa»);
- 4 — Omissão da concordância de plural com o nome  
(ex.: «Os carro»);
- 5 — A preposição «A» substituída por outras  
(ex.: «Fui em casa dele»);

- 6 — A preposição «DE» usada no lugar de outras  
(ex.: «Passei da casa dele»);
- 7 — A preposição «EM» usada em vez da preposição «A»  
(ex.: «Fui em casa dele»);
- 8 — Utilização do pretérito perfeito do verbo «ESTAR» com valor de pretérito imperfeito  
(ex.: «Estive a conversar» em vez de «Estava a conversar»);
- 9 — A marca da segunda pessoa do singular no modo imperativo  
(ex.: «Não faça barulho, não vês que quero trabalhar»);
- 10 — A concordância entre o sujeito e o verbo  
(ex.: «Eu compro peixes para os meus filhos»);
- 11 — O pronome do complemento indirecto no lugar do pronome de complemento directo  
(ex.: «Eu vi-lhe ontem na rua»);
- 12 — A não utilização do pronome de complemento directo ou indirecto  
(ex.: «Eu devia dinheiro a ele»);
- 13 — Utilização de «ENQUANTO» com valor de oposição  
(ex.: «A minha mãe me bateu, enquanto eu não tinha culpa»);
- 14 — O uso generalizado do pronome pessoal de complemento em posição pré-verbal  
(ex.: «Ele me pediu dinheiro»);
- 15 — O lugar do advérbio «SEMPRE» na frase  
(ex.: «Ele sempre diz isso» — em vez de — «Ele diz sempre isso»
- 16 — Generalização do uso de «QUE» nas construções relativas  
(ex.: «O homem que falei-te ontem — em vez de «O homem de quem te falei»);
- 17 — Utilização redundante do pronome possessivo em frases com o pronome relativo CUJO  
(ex.: As meninas cujas mães delas...).

Desvios encontrados no corpus: 60%

Desvios descritos mas não encontrados: 40%

Número total dos tipos de desvios encontrados: 175

Com este resultado quisemos validar a hipótese de que existe efectivamente um distanciamento entre o português de Maputo e o português europeu, dado que estes desvios aparecem de uma maneira regular e frequente nos trabalhos que constituem o «corpus» por nós analisado.

Após o levantamento dos desvios pusemos-nos a questão se havia ou não uma relação directa entre o número de desvios, a idade e a classe escolar dos estudantes.

Apresentamos assim num único quadro o que pudemos observar:

número, à natureza, e ao volume dos trabalhos existentes, ou seja, o que nós chamamos no nosso «corpus» um «trabalho» pode ser uma página de cinco linhas ou uma página de vinte linhas. Observamos por exemplo, que a maior parte dos desvios, provém das classes donde dispomos o maior número de trabalhos (a sexta, a nona e a décima classes respectivamente, que constituem 83% do número total de trabalhos).

## 5. As práticas correctivas dos professores

Depois destes resultados, foi nosso objectivo observar aquilo que consideramos como um dos factores sociolinguísticos de fixação da variante, neste caso concreto a

QUADRO 2  
TOTAL DE DESVIOS POR CLASSE E FAIXA ETÁRIA

CLASSE E IDADE	QUARTA 10/11 anos	QUINTA 11/12 anos	SEXTA 12/13 anos	NONA 15/16 anos	DÉCIMA 16/17 anos	DÉCIMA PRIMEIRA 17/18 anos
TOTAL DE DESVIOS	18 (10%)	9 (4%)	47 (26%)	52 (31%)	42 (26%)	3 (2%)
TOTAL DE TRABALHOS	13 (25%)	2 (3,9%)	14 (27%)	11 (21%)	10 (19%)	1 (2%)

N.B.: As percentagens que aparecem neste quadro correspondem ao número de desvios encontrados no total (175) repartidos por classe e faixa etária.

A partir destes dados podemos tirar as seguintes conclusões:

- Dada a ausência de dados mais precisos e devido à heterogeneidade do «corpus», não podemos fazer nenhuma distinção precisa entre as classes escolares, a faixa etária e o número de desvios produzidos. Assim, para todos os casos podemos somente afirmar que existe uma maior ou menor produção de desvios;
- A tendência geral é que o número de desvios encontrados é proporcional ao

escola. Assim orientamos a nossa análise para o que chamamos «as práticas correctivas dos professores de português». O que se pretendeu foi ver quais as atitudes dos professores em relação aos desvios dos alunos. A questão do «erro» ou do «desvio» em contexto escolar é relativa. Efectivamente o professor de português representa, em princípio, na sala de aula, a norma oficial do português, que no caso presente é a norma do português europeu. Assim, o que chamamos na perspectiva sociolinguística de «desvios» é considerado de um ponto de vista institucional como «erros»

e, portanto, passíveis de correcção pelo professor. No entanto para que este último o possa fazer, é preciso que ele tenha um grau de interiorização bastante sólido dessa norma.

No quadro 3 aparece de forma esquemática a atitude dos professores de português em relação aos desvios dos alunos e que nós já tivemos ocasião de referir.

Em relação ao parâmetro «mal corrigido» fazemos alusão a um fenómeno com o qual deparamos algumas vezes: em certos casos aconteceu que o aluno escrevia uma forma linguística correcta ou incorrectamente e que o professor corrigia mal. Por exemplo:

- o aluno escreveu: eu não lhe vi (erro: pronome pessoal de complemento inadequado)
- correcção do professor: eu não vi-lhe (erro: o professor não corrige o pronome, mas o seu lugar na frase que está correcto).

Dada a falta de elementos mais concretos de análise, chamaríamos provisoriamente a

esta prática correctiva de «prática não sistemática». Porém, é nossa convicção que ao nível da consciência normativa dos professores, bem como da sua competência linguística existe uma zona de insegurança linguística e que a prática correctiva em causa seria provavelmente o resultado de um fenómeno de hiper correcção.

Tendo em conta estes resultados e confrontando-os com as nossas hipóteses iniciais, observamos que os professores não corrigem praticamente nunca os desvios produzidos pelos seus alunos. Com uma percentagem de não correcção de 92% não podemos mais falar em fenómeno de tolerância. O que de facto nos parece ser o mais provável é que os professores não corrigem estes desvios porque, tal como os alunos, eles também os produzem na sua utilização quotidiana do português.

Por forma a obter uma melhor visão do conjunto, pusemos assim num só quadro, o 4, a produção dos estudantes e a prática correctiva dos professores:

QUADRO 3  
SÍNTESE DAS PRÁTICAS CORRECTIVAS

PROFESSOR	CORRIGIDO	NÃO CORRIGIDO	MAL CORRIGIDO
A	0	18	0
B	1	6	2
C	4	43	0
D	3	20	0
E	2	21	0
F	0	6	0
G	0	19	1
H	0	10	0
I	0	15	1
J	0	3	0
TOTAIS	10	161	4
PERCENTAGENS	6%	92%	2%

QUADRO 4  
SÍNTESE DOS DESVIOS DOS ALUNOS  
E DAS PRÁTICAS CORRECTIVAS DOS PROFESSORES

CLASSE	PROF.	NÚMERO DESVIOS	NÚMERO TRAB.	CORR.	NÃO CORR.	MAL CORR.
QUARTA	A	18	13	0	18	0
QUINTA	B	9	2	1	6	2
SEXTA	C	47	14	4	43	0
NONA	D	52	11	5	47	0
	E					
DÉCIMA	F	46	10	0	44	2
	G					
	H					
DÉCIMA PRIMEIRA	I	3	1	0	3	0
	J					
TOTAIS	11	175	51	10	161	4

Podemos, a partir destes números não só consolidar as nossas conclusões, como também alargá-las. Realmente o que nos é dado observar neste quadro é que quanto maior é o número de desvios produzidos pelos alunos, maior é a ausência de correcção dos professores. Concluimos, por conseguinte que a prática linguística dos professores de português (e também a sua competência linguística) é muito semelhante à dos alunos, o que vai de encontro às nossas anteriores suposições, ou seja, a escola em Moçambique tem um papel de reprodução do desvio.

Num futuro impossível de prever, estes desvios poderão (ou não) tornar-se numa norma explícita de Moçambique, contrariamente à que está actualmente em vigor. Porém, para que esta variante se imponha, serão necessários outros factores, como são o caso dos processos de codificação, de aceitação, de normatização, de prestígio, só para mencionar alguns. Por ora a única certeza que possuímos, a partir dos dados de que dispomos, é que um dos factores que têm um papel determinante neste processo de fixação é, justamente, a escola.

## 5. Conclusões

Gostaríamos mais uma vez de insistir que dados os factores limitantes que já apontámos, as conclusões possíveis que se possam tirar deste trabalho deverão ser sempre vistas não como dados definitivos, mas em termos de quais as tendências que o português falado em Moçambique apresenta neste momento.

Parece-nos então que com este trabalho podemos fundamentar as hipóteses inicialmente levantadas, confirmando-as, nalguns casos e obrigando-nos a reformulá-las noutros (por exemplo, nem todos os desvios puderam ser confirmados e, nalguns casos deparámo-nos com outro tipo de desvios não descritos inicialmente). A partir daqui podemos concluir que:

- 1 — Na sua produção escrita e em situação de avaliação, os alunos produzem a maior parte dos desvios por nós estabelecidos inicialmente (60%), como sendo a variante de Maputo, independentemente da classe ou faixa etária. Esta prática

constitui a norma implícita de Maputo.

É muito provável que noutras situações de comunicação (sobretudo oral) a produção dos alunos seja muito mais ampla e não pomos de lado a possibilidade que outros desvios não descritos não possam aparecer;

- 2 — Na prática correctiva dos professores, a grande maioria dos desvios dos alunos não é corrigida (92%). Isto parece-nos dever-se ao facto de a competência linguística dos professores ser muito próxima da dos alunos (muito provavelmente por terem o mesmo perfil sociolinguístico).
- 3 — Não excluimos a possibilidade que outros factores escolares que não forçosamente a aula de português, possam contribuir na fixação da variante. Cremos que uma observação deste tipo noutras disciplinas nos mostraria que todos os professores têm tendência a reproduzir os desvios já mencionados. A única diferença seria que, dada a natureza das disciplinas, a prática correctiva não seria sistemática e por vezes mesmo ausente.
- 4 — A partir das conclusões anteriores podemos afirmar que em contexto escolar o que realmente produzido é, não a norma explícita em vigor, mas uma norma implícita que tem uma grande tendência a se estabilizar, sobretudo por via da escola.

MAPUTO, OUTUBRO 94.

## BIBLIOGRAFIA

- ALÉONG, S. (1983). «Normes Linguistiques, Normes Sociales, une perspective anthropologique». In: BÉDARD, E./MAURIS, J. (ed.) *La Norme Linguistique*, Conseil de la Langue Française: Bibliothèque Nationale du Québec.
- APPEL, R./MUYESKEN, P. (1989). *Language contact and bilingualism*. London: Edward Arnold.
- BOLTON, K./KWORK, H. (ed.) (1992). *Sociolinguistics today: international perspectives*, Routledge.
- GOMES DA SILVA, J. (1991). «Interferência e variante linguística: algumas considerações sobre o português falado em Moçambique.» In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 5/6. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- LABOV, W. (1972). *Language in the Inner City: Studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- MILROY, L. (1987). *Language and Social Networks*. Oxford: Basil Blackwell.